

PROCESSO TCE/AC 123.756  
ENTIDADE: Câmara Municipal de Senador Guiomard  
NATUREZA: Prestação de Contas  
OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Senador Guiomard, exercício orçamentário-financeiro de 2016.  
RESPONSÁVEL: Pedro Mendes da Silva  
CONTADOR: Oseias D'avila Paula  
RELATOR: Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro

## ACÓRDÃO Nº 11.196/2019

### PLENÁRIO

EMENTA: Prestação de Contas. Câmara Municipal de Senador Guiomard. Exercício de 2016. Irregularidade. Notificação. Arquivamento dos autos.

**Vistos, relatados e discutidos** os autos do processo acima identificado, **ACORDAM** os Membros do Tribunal de Contas do Estado do Acre, **à unanimidade**, nos termos do **voto** do Conselheiro-Relator: **1)** nos termos do artigo 51, inciso III, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, considerar **IRREGULAR** a Prestação de Contas da **Câmara Municipal de Senador Guiomard**, exercício orçamentário-financeiro de 2016, de responsabilidade de **Pedro Mendes da Silva**, Presidente da Câmara à época, em face da ausência de comprovação e não contabilização dos recolhimentos de encargos sociais (INSS e FGTS) no montante de R\$ 16.814,11; **2)** **pela condenação** do Senhor **Pedro Mendes da Silva** ao pagamento de **multa sanção** no valor de R\$ 3.570,00 (três mil quinhentos e setenta reais), em razão da não comprovação e contabilização do **recolhimento do valor integral das Obrigações Patronais devidas no período (INSS e FGTS)**, que configura hipótese prevista no artigo 89, II, do mesmo diploma legal; **3)** **pela determinação** à origem para que, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, comprove o **efetivo recolhimento** dos valores relativos às obrigações patronais devidas no exercício de 2016, na forma do que dispõe a legislação de regência, de tudo dando ciência a este Tribunal sob pena de responsabilidade; **4)** Pela **notificação à DAFO** para que proceda à **apuração**, nas próximas edições da espécie, de **eventuais danos** ao erário decorrente dos fatos

*Missão: Exercer o controle externo, orientando e fiscalizando a gestão pública, e incentivar a sociedade ao exercício do controle social.*

apurados nestes autos. Após as formalidades de estilo, pelo **arquivamento** dos autos.

Rio Branco - Acre, 4 de abril de 2019.

Cons. **Antônio Cristóvão Correia de Messias**  
Presidente do TCE/AC

Cons. **Ronald Polanco Ribeiro**  
Relator

Cons. **José Augusto Araújo de Faria**

Cons. **Valmir Gomes Ribeiro**

Cons. **Antônio Jorge Malheiro**

Cons<sup>a</sup>. **Dulcinéia Benício de Araújo**

Cons<sup>a</sup>. **Naluh Lima Gouveia**

**Fui presente:**

**Dr. Sérgio Cunha Mendonça**  
Procurador-Chefe do MPE/TCE/AC

PROCESSO TCE/AC 123.756  
ENTIDADE: Câmara Municipal de Senador Guiomard  
NATUREZA: Prestação de Contas  
OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Senador Guiomard, exercício orçamentário-financeiro de 2016.  
RESPONSÁVEL: Pedro Mendes da Silva  
CONTADOR: Oseias D'avila Paula  
RELATOR: Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro

## RELATÓRIO

1. Trata-se Prestação de Contas da Câmara Municipal de Senador Guiomard, exercício orçamentário-financeiro de 2016, de responsabilidade de **Pedro Mendes da Silva**, Presidente da Câmara à época.
2. O Corpo técnico do TCE/AC emitiu relatório técnico preliminar às fls. 14 a 25.
3. Citado (fls. 29), conforme certidão (fls. 30) o gestor permaneceu inerte (certidão fls. 32).
4. A unidade técnica opinou, portanto, no relatório técnico preliminar, pela irregularidade das contas em razão da ausência de contabilização dos encargos patronais no período (INSS e FGTS), infringindo, respectivamente, das Leis Federais n. 8212/1991 (art. 22, I) e 8.036/1990 (ART. 15).
5. Pronunciamento do Ministério Público Especial às fls. 36 e 37.

**É o sucinto relatório.**

Rio Branco - Acre, 4 de abril de 2019.

Conselheiro **Ronald Polanco Ribeiro**  
**Relator**

PROCESSO TCE/AC 123.756  
ENTIDADE: Câmara Municipal de Senador Guimard  
NATUREZA: Prestação de Contas  
OBJETO: Prestação de Contas da Câmara Municipal de Senador Guimard, exercício orçamentário-financeiro de 2016.  
RESPONSÁVEL: Pedro Mendes da Silva  
CONTADOR: Oseias D'avila Paula  
RELATOR: Conselheiro Ronald Polanco Ribeiro

## VOTO

### O EXMO. SENHOR CONSELHEIRO RONALD POLANCO RIBEIRO

#### (Relator):

1. Da análise dos autos verifica-se que o único ponto levantado pela área técnica o que sugeriu a irregularidade das contas foi a ausência de recolhimento dos encargos sociais (INSS e FGTS) do período.
2. De fato, a ausência de pagamentos dos encargos sociais poderá ocorrer a incidência de juros e multas o que gera danos ao erário o que enseja a irregularidade das contas sugeridas pela área técnica e pelo Ministério Público Especial de Contas.
3. Entretanto, considerando o efeito pedagógico das decisões desta Corte, voto que o valor da multa incidente pela infração a norma legal não poderá ultrapassar a barreira do princípio da razoabilidade e proporcionalidade na aplicação da sanção administrativa, o que sugiro a aplicação da pena mínima.
4. Ante o exposto, consubstanciado nas observações acima e ainda com base nas informações do parecer do Ministério Público atuante nesta Corte de Contas e no relatório exarado pelo Corpo Técnico, **VOTO**:

4.1. nos termos do artigo 51, inciso III, da Lei Complementar Estadual nº 38/93, pela emissão de **Acórdão** considerando **IRREGULAR** a Prestação de Contas da **Câmara Municipal de Senador Guimard**, exercício orçamentário-financeiro de 2016, de responsabilidade de **Pedro Mendes da Silva**, Presidente da Câmara à época, em face da ausência de comprovação e não contabilização dos recolhimentos de encargos sociais (INSS e FGTS) no montante de R\$ 16.814,11;

4.2. **pela condenação** do Senhor **Pedro Mendes da Silva** ao pagamento de **multa sanção** no valor de R\$ 3.570,00 (três mil quinhentos e setenta reais), em razão da não comprovação e contabilização do **recolhimento do valor**

**integral das Obrigações Patronais devidas no período (INSS e FGTS),** que configura hipótese prevista no artigo 89, II, do mesmo diploma legal;

**4.3. pela determinação** à origem para que, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, comprove o **efetivo recolhimento** dos valores relativos às obrigações patronais devidas no exercício de 2016, na forma do que dispõe a legislação de regência, de tudo dando ciência a este Tribunal sob pena de responsabilidade;

**4.4. Pela notificação à DAFO** para que proceda à **apuração**, nas próximas edições da espécie, de **eventuais danos** ao erário decorrente dos fatos apurados nestes autos;

**4.5. após as formalidades de estilo, pelo arquivamento** dos autos.

**É como Voto.**

Rio Branco - Acre, 4 de abril de 2019.

Conselheiro **RONALD POLANCO RIBEIRO**

Relator